

HISTÓRIA CULTURAL
CONTEMPORÂNEA
PORTUGAL: 1808-2000

Coordenação de
António Costa Pinto
Nuno Gonçalo Monteiro



ÍNDICE

Introdução	11
<i>António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro</i>	
Cultura, colapso imperial e liberalismo (1808-1834).	15
<i>Miguel Figueira de Faria</i>	
Cultura e construção nacional (1834-1890)	67
<i>Paulo Silveira e Sousa</i>	
Cultura, crise do liberalismo e nacionalismo (1890-1930).	113
<i>Luís Trindade</i>	
A cultura do Estado Novo (1930-1960)	165
<i>Daniel Melo</i>	
A cultura no fim do regime e no pós-25 de Abril (1960-2000)	213
<i>João Pedro George</i>	
Bibliografia	277
Índice onomástico	287
Os Autores	301

PRÓLOGO

A cultura é um conceito amplo e maleável, no qual cabem as mais variadas expressões do conhecimento e dos feitos humanos. Não é em vão que a UNESCO a define como o conjunto de aspetos distintivos, espirituais, materiais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou determinado grupo social.

Por esse motivo, abordar a história da cultura contemporânea em Portugal de forma sintética e rigorosa foi o desafio a que se propuseram os autores dos cinco capítulos cronológicos em que se divide a *História Cultural Contemporânea*. Nestas páginas, faz-se uma viagem apaixonante pela evolução da cultura portuguesa, as influências que sofreu do exterior e as suas contribuições imprescindíveis para aquilo que entendemos, hoje, como sendo a cultura europeia.

História Cultural Contemporânea é o último dos cinco volumes dedicados à História Contemporânea de Portugal, um projeto conjunto da Fundación MAPFRE e da Penguin Random House a ser publicado na Objectiva desde 2019.

Queremos agradecer aos coordenadores da coleção, os historiadores António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, pelo seu trabalho e dedicação ao longo destes anos. Graças a eles, bem como a todos os autores e colaboradores da coleção, conseguimos concretizar esta obra, com a qual se valoriza a qualidade da historiografia portuguesa e a contribuição das entidades privadas para a difusão da cultura em Portugal.

Fundación MAPFRE

INTRODUÇÃO

António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro

No presente como no remoto passado de há mais de duzentos anos, a palavra cultura sempre teve múltiplos significados. No Dicionário dito de Moraes de 1813, tanto podia significar «o modo, e arte, o trabalho de cultivar a terra», como «a cultura do engenho, do entendimento», ou «a cultura das *boas artes*». Atualmente, mantém uma acentuada polissemia, pois tanto pode designar um conjunto amplo, mas relativamente específico, de atividades (como as artes, a literatura, etc.) que se consideram relevantes para desenvolver o «entendimento» dos que delas beneficiam, como pode, num sentido mais alargado, identificar todo o universo de crenças e modo de vida de uma sociedade ou grupo.

No conjunto de volumes sobre *Portugal: 1808-2000*, organizados de forma temática, em que este se insere, a cultura aqui debatida reporta-se certamente a um conjunto específico, mas variável de atividades; no entanto, importa não esquecer que estas nunca foram dissociadas do seu impacto sobre um conjunto mais amplo que, desde os finais de setecentos, se concebeu como sendo nacional. Em 1779, quando se instituiu a Real Academia das Ciências, logo se declara que a nova instituição tinha por objetivo estabelecer em Lisboa, «à imitação de todas as Nações cultas», uma academia «consagrada à glória e felicidade pública, para adiantamento da Instrução Nacional, perfeição das Ciências e das Artes e aumento da indústria popular». Naturalmente, nos últimos

duzentos anos, o panorama cultural português sofreu acentuadas mutações. O colapso do sistema mecenático da corte do Antigo Regime coexistiu com as primeiras explosões da imprensa livre e com uma intensa disputa política. O triunfo do liberalismo significou a consolidação de novas formas de difusão e expressão cultural, combinadas com o auge da cultura romântica oitocentista e com um relevante processo de secularização. Mas a produção cultural nunca se dissociou da vida política e da procura das raízes da nação. O Romantismo era um movimento internacional, tal como o foram muitas das expressões da época, mas buscava também encontrar em cada território as manifestações culturais tradicionais e populares que o podiam diferenciar dos restantes.

No contexto da viragem do século XIX para o XX, combinou-se a expressão de um nacionalismo reformulado e emergente com novos meios técnicos. A fotografia, a rádio e o cinema serão instrumentos dos tempos vindouros e da evolução em direção à cultura de massas, num cenário português marcado ainda pela persistência do analfabetismo. Mas o pluralismo das manifestações culturais dará lugar, no contexto autoritário que selou o colapso do liberalismo, ao peso da censura na expressão artística e literária, e aos esforços para produzir uma cultura oficial nacionalista do novo regime político do Estado Novo, que tem as suas expressões paradigmáticas sobretudo nos anos 1930. O Secretariado da Propaganda Nacional (1933) simboliza o sentido global que se pretendeu inculcar a um imenso conjunto de instituições educativas, recreativas e artísticas criadas para exaltar essa visão. Momento incontornável, a Exposição do Mundo Português (1940) «será marco decisivo» no envolvimento de arquitetos e artistas (Daniel Melo), ao mesmo tempo que acentuava a feição colonial e imperial do nacionalismo português. A repressão aos intelectuais e os mecanismos censórios não impediram, no entanto, a afirmação por vários caminhos de uma cultura de oposição em ambiente fortemente polarizado. Nas últimas décadas do regime, esta foi adquirindo uma expressão e vitalidade

crecentes. Mesmo dividida em várias correntes, tornou-se claramente o polo privilegiado da iniciativa e da inovação em múltiplos domínios, num contexto global que incluiu a criação da Fundação Calouste Gulbenkian, no qual o regime, apesar de poder agora dispor da televisão no ambiente bélico de guerra colonial em África, foi perdendo cada vez mais capacidade para criar conteúdos culturais marcantes.

No domínio cultural, o 25 de Abril de 1974 constituiu uma rutura indiscutível, com muitos impactos imediatos. As décadas de vida democrática posteriores pautaram-se por tendências múltiplas, talvez ainda difíceis de tipificar, mas quase sempre estreitamente associadas aos ciclos e à orientação de uma esfera comunicacional cada vez mais globalizada. O novo milénio aceleraria o ritmo das mudanças, nas quais a inovação tecnológica tem papel central.

Esta breve apresentação serve apenas de aliciante para a leitura dos capítulos que aqui se retomam em versão revista¹, escritos pela mão de renomados especialistas. No capítulo 1, Miguel Figueira de Faria escreve sobre *Cultura, colapso imperial e liberalismo (1808-1834)*; no capítulo 2, Paulo Silveira e Sousa debruça-se sobre *Cultura e construção nacional (1834-1890)*; no capítulo 3, Luís Trindade ocupa-se de *Cultura, crise do liberalismo e nacionalismo (1890-1930)*; Daniel Melo estuda no capítulo 4 *A cultura do Estado Novo (1930-1960)*; finalmente, no capítulo 5, João Pedro George escreve sobre *A cultura no fim do regime e no pós-25 de Abril (1960-2000)*.

Votos de boa leitura.

¹ Este volume constitui uma versão revista e ampliada dos capítulos sobre «Cultura» da *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010*, 5 vols., Lisboa, Objectiva, 2013-2015, sendo publicado por iniciativa da Fundação MAPFRE e da Editora Objectiva. A obra inclui capítulos sobre outras matérias que têm vindo a ser reeditadas em versões revistas e atualizadas. Os volumes originários foram coordenados por Jorge M. Pedreira e Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Tavares de Almeida, Nuno Severiano Teixeira, José Luís Cardoso e António Costa Pinto.